

INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM AUTISMO E SEU CONTEXTO FAMILIAR: REVISÃO INTEGRATIVA

Mayara Tortelli Lima¹; Matheus Soares Gomes da Silva²; Daieny Panhan Theodório³

1. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: mayara.tortelli@hotmail.com
2. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: matheossoares1@gmail.com
3. Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail:daienytheodorio@umc.br

Área de Conhecimento: psicologia do ensino e da aprendizagem, ensino e aprendizagem na sala de aula

Palavras-Chave: Autismo; inclusão escolar; família; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Atualmente, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V (APA, 2014) o autismo é considerado uma síndrome comportamental que possui déficits nos comportamentos comunicativos como a fala, contato visual, linguagem corporal, ausência de expressões faciais e compreensão. Pessoas com autismo podem apresentar padrões repetitivos e restritos, interesses fixos e restritos e hiper-reatividade a estímulos sensoriais. Há também inflexibilidade quando se trata de padrões rituais. O método ABA, *Applied Behavior Analysis*, em português Análise do Comportamento Aplicada é uma área de trabalho e pesquisa que tem grande destaque por atuar no campo do espectro do autismo, tem sua origem na filosofia behaviorista dos autores Ivan Pavlov, Edward Thorndike, Jhon B. Watson e nos estudos do Behaviorismo Radical de B.F. Skinner (FARIAS, 2010). É indicado como um dos métodos mais eficazes se tratando de intervenção com pessoas com atraso no desenvolvimento. As intervenções podem ocorrer tanto em casa (no caso de crianças é essencialmente indicado), como no ambiente social, por um Acompanhante Terapêutico (AT), o quanto antes ocorrer a intervenção melhor qualidade de vida o sujeito com autismo terá e para a família é importante no processo, quanto maior o engajamento, mais chances a criança tem de se desenvolver (LEAR, 2004). O desenvolvimento das políticas públicas brasileiras, referente ao autismo ocorreu de forma tardia, o que levou a construção de dois grupos distintos para a sua composição buscando ações de maneira simultânea, mas em paralelo: um grupo era composto por trabalhadores e gestores do campo da Atenção Psicossocial, envolvendo também partidários da Reforma Psiquiátrica, integrantes de ações ligadas às políticas públicas de saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) e do outro lado às associações de pais e familiares de crianças com a síndrome que desenvolveram suas próprias estratégias em busca de uma resposta e com intuito de colaborar na evolução da criança, uma vez que era apresentada a carência de recursos e instituições públicas, a ocorrência se deu no século XX (COUTO; FELDMAN, et al., 2017, p. 708). Ao início do século XXI, o atendimento ocorria somente em instituições filantrópicas ou não governamentais como: a Associação Pestalozzi e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e as instituições desenvolvidas pelos próprios familiares da criança autista (CAVALCANTE, 2003 apud COUTO; FELDMAN, et al., 2017, p. 710). Até finalmente ser instituída uma política pública para a saúde mental para crianças e adolescentes. Com as ações dos familiares, foi necessário à implementação de uma Lei Federal específica para o autismo, sancionada em 27 de dezembro de 2012, Lei nº 12.764, a qual institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista (TEA) reconhecendo como uma “pessoa com deficiência para todos os efeitos legais” (Lei nº 12.764, § 2o), produz incidências em diversas áreas, esfera assistencial, político/gestora, científico/acadêmica, educacional/pedagógica, referindo-se também aos direitos básicos (OLIVEIRA, 2015; apud,

COUTO; FELDMAN, et al., 2017, p. 710). A inclusão escolar de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é desenvolvida mundialmente desde a década de 90, quando foi formulada a Declaração de Jomtien, também conhecida por Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), onde foi estabelecido que todos os indivíduos com necessidades especiais desfrutam das oportunidades educacionais direcionada para as suas necessidades de aprendizagem, garantindo igualdade de acesso à educação (CABRAL; MARIN, 2017). Segundo Oliveira, Braga e Prado (2017) é essencial a preservação e reconstrução de relação da família em conjunto com a equipe escolar, pois é imprescindível no processo de aprendizagem. Nestes dois ambientes, principalmente no familiar, a criança inicia o desenvolvimento das potencialidades e afetividade, enquanto o escolar irá complementar o processo, auxiliando nas relações sociais e afetivas e desenvolver outras capacidades cognitivas. A inclusão escolar é desafiadora para os professores, uma vez que são os responsáveis por construir novas propostas de ensino, por atuarem com uma visão diferente, serem agentes facilitadores no processo de ensino-aprendizagem e tais mudanças causam desconforto, pois a maioria deles não são preparados no processo de formação para enfrentá-las (SILVA; SILVA, 2016).

OBJETIVO

Com base no exposto acima objetivou-se analisar o contexto escolar, familiar e social da criança com autismo no processo de inclusão na Educação Infantil. Especificamente, verificar como é o processo de inclusão da criança com TEA e a infraestrutura da escola para recebê-la; levantar informações sobre o impacto do diagnóstico da criança na família, a busca por tratamentos e o relacionamento da família com a sociedade; investigar quais são as políticas públicas elaboradas para a inclusão escolar de crianças com TEA; averiguar a capacitação profissional dos professores para trabalhar com a inclusão nas práticas escolares.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa, seu objetivo é partir de evidências para obter informações capazes de contribuir no processo de pesquisas. Resume-se em sintetizar resultados de natureza metodológica e compreender um determinado tema direcionado à prática, fundamentando-a para um conhecimento científico (DYNIEWICZ, 2014). Para o levantamento bibliográfico foi utilizada a base de dados *Periódicos Capes*, onde foram coletadas as informações sobre artigos completos referentes ao autismo, a escola, a inclusão, a família e as Políticas Públicas, em português e inglês no período de 2014 a 2019. Desconsiderando assim os artigos repetidos, livros, teses, dissertações, aqueles que não estão relacionados ao assunto, revisões bibliográficas e estudos de caso. Obteve-se o total 272 artigos. Inicialmente realizou-se a busca por palavras-chave em combinação dos termos através dos operadores booleanos, para então obter o número total de artigos encontrados. Foi realizada a leitura aprofundada de todos os artigos e a partir dela, o total de artigos excluídos foram 236, dentre eles, 135 não se enquadram no tema; 57 se referem a estudos bibliográficos; 32 repetidos; entre outros. Desta forma, os resultados desta pesquisa basearam-se em 36 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre o processo de inclusão da criança com TEA foram encontrados 14 artigos que abordam sobre: conhecer as práticas pedagógicas e praticar o processo de inclusão no ambiente escolar; esclarecer o papel do professor e a troca de funções e acomodações dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do apoio para evitar falhas no processo; a aplicação do acompanhamento terapêutico facilita a inclusão; realizar adaptações de atividades de acordo com as necessidades e capacidades da criança; incluir

a criança com TEA em ensino regular viabiliza o desenvolvimento de habilidades no indivíduo; a desistência das famílias no processo de inclusão em escolas regulares em decorrência do preconceito e o despreparo das escolas em receber a criança; traçar intervenções a partir de observações do comportamento; a importância da contribuição familiar no apoio do trabalho pedagógico. Quanto à infraestrutura, 1 artigo apontou que os professores consideram o apoio da escola suficiente para a realização do trabalho com crianças com TEA, mas há pouca contribuição de outros profissionais para auxiliar no processo, e também sobre a falta de recursos tecnológicos adequados; 1 artigo identificou que, os pais consideram essencial a integração dos filhos na unidade escolar para o desenvolvimento educativo; e 1 artigo verificou que as crianças possuem uma diversidade de interesses que podem ser valorizados a partir de intervenções, desta forma é necessário reforçar a importância dos serviços especializados de educação especial, preparando as escolas para o desenvolvimento da comunicação, utilizando sistemas alternativos e se organizando de forma estruturada. Referente ao impacto da família sobre o diagnóstico foram encontrados dois artigos, onde foi possível compreender que, a experiência familiar no cuidado da criança com TEA potencializa estratégias de fortalecimento e adaptação. Já outra pesquisa foi baseada em entrevistas com mães de filhos com TEA entre 12 e 25 anos de idade, e a maior parte delas relatou sobre a falta de informações e estudos quando descobriram o diagnóstico de seus filhos e por isso consideraram uma fase difícil. Na variável busca por tratamentos foram identificados 5 artigos, que defendem a importância de receber tratamentos adequados, pois eles contribuem para o processo de desenvolvimento da criança; a tecnologia pode ser aliada no processo, pois ela é capaz de aumentar a intencionalidade comunicativa do aluno. No relacionamento da família com a sociedade, 5 artigos identificaram que o preconceito nas interações é existente e perceptível, porém há espaço para manifestações de solidariedade e parceria; os pais são essenciais no processo de inclusão social da criança, contribuindo também para a inserção na escola e na comunidade; e que nem todos os autistas mostram aversão ao isolamento e que os olhares são mais frequente do que se imagina, porém eles são breves e por isto quase imperceptíveis. Quanto às políticas públicas, 1 artigo retratou sobre a falta de iniciativas governamentais para a efetivação da inclusão escolar na prática. 17 artigos evidenciaram sobre a capacitação dos professores a falha na formação referente à falta de estratégias para lidar com alunos com necessidades especiais; a falta de apoio e de auxílio da rede escolar e do Estado. Referindo-se ao autismo e inclusão, os grandes obstáculos que aparecem para que essa integração aconteça são: a capacitação dos professores e a falta de estrutura escolar. Pesquisas com entrevistas aos professores mostram que estes sabem pouco sobre como lidar com crianças com TEA, sabem pouco sobre o transtorno, e não sabem exatamente qual o papel que um professor deve ter diante desses alunos. O que faz com que esses profissionais improvisem nas atividades em sala (SCHMID et al., 2016; LIMA; LAPLANE, 2016).

CONCLUSÕES

Respondendo aos objetivos, a inclusão de alunos com TEA no sistema educacional do país não ocorre de forma eficaz. A tentativa de integrar esses alunos, talvez devido a uma história ainda recente dessa luta, frequentemente fracassa. A formação adequada de professores, disponibilidades de recursos às escolas, profissionais especializados, integração da família-escola no processo pedagógico, todas essas questões ainda não acontecem na prática, por isso, a jornada escolar de alunos dentro do espectro autista é na maioria das vezes curta, interrompida. Faltam políticas públicas e iniciativa governamental para a inclusão dessas crianças com TEA na rede regular de ensino. Há política pública para a inclusão, porém nem todas as escolas aceitam essas crianças, relatam para os pais os responsáveis que não têm professores qualificados ou que não tem infraestrutura para receber essas crianças com TEA. Ainda há preconceitos nas relações sociais destes com outras esferas da

sociedade, o que impossibilita ainda mais uma inclusão, um empoderamento familiar feito através de informações sobre o transtorno, acesso a direitos, acesso a recursos, se faz urgentemente necessário desde o diagnóstico, além de estratégias para capacitar as os professores e os funcionários das escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e estatístico de Transtornos Mentais**. ARTMED: Porto Alegre, 2014.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. Inclusão Escolar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma Revisão Sistemática da Literatura. **Educação em Revista**, n.33, Belo Horizonte 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e142079.pdf>>. Acesso em: 08/04/2019.

COUTO, Maria Cristina Ventura; FELDMAN, Clara; LIMA, Rossano Cabral; OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de. Políticas para o autismo no Brasil: entre atenção psicossocial e a reabilitação. p. 708. **Physis revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00707.pdf>>. Acesso em: 22/05/2018.

DYNIEWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3 ed. rev. e ampl., Editora Difusão, São Caetano do Sul – SP, 2014.

LEAR, K., **Help Us Learn: A Self-Paced Training Program for ABA Part I: Training Manual (Ajude-nos a aprender Manual de Treinamento em ABA)**. Toronto, 2a ed., 2004.

OLIVEIRA, Izabel Lúcia dos Santos; BRAGA, Andreлина Pelaes; PRADO, Cleidia Maria Nogueira. Participação da Família no desenvolvimento da aprendizagem da criança. **Rev. Estação Científica**, v. 7, n. 2, Macapá, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2325>>. Acesso em: 05/10/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento das crianças nos anos 90**. Nova York, 1990. Disponível em: <http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/direitos_humanos/crianca/decMundial.htm>. Acesso em: 02/10/2020.

SCHMIDT, Carlo; NUNES, Débora Regina de Paula; PEREIRA, Débora Mara; OLIVEIRA, Vivian Fátima; NUERNBERG, Adriano Henrique; KUBASKI, Cristiane. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Rev. Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo, 2016.

SILVA, Josenildo Pereira; SILVA, Petrônio José. Discente com autismo na sala de aula regular: o que fazer. **Rev. Research**, v. 2, n. 2, p. 122-135, 2016. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/327293725_Discente_com_autismo_na_sala_de_aula_regular_o_que_fazer> Acesso em: 02/10/2020.